

XXXI CONGRESO ALAS

Uruguay , Montevideo, 03 – 08/12/2017

GT 11: Género, feminismos y sus aportes a las Ciencias Sociales

Governos Dilma, Kirchner e Bachelet: um recorte de gênero

Autora: MARIA LÚCIA MORITZ

Email: marialuciamor@ig.com.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Brasil

Resumo: Em pleno século XXI a presença das mulheres na política institucional ainda é bastante tímida e na América Latina a desigualdade de gênero no campo político não tem sido diferente dos outros continentes. Mesmo enfrentando muitas dificuldades três mulheres conseguiram, recentemente, ultrapassar o obstáculo das urnas e elegerem-se para o mais alto cargo de comando de seus países: Cristina Kirchner na Argentina, Dilma Rousseff no Brasil e Michele Bachelet no Chile. Em que pese as diferenças político-institucionais entre esses países, há algumas aproximações que permitem um estudo comparativo. A experiência do regime autoritário, as bem-sucedidas transições para a Democracia e a vinculação partidária de esquerda das três candidatas que se elegeram para a Presidência da República, são alguns exemplos das suas similitudes, entre outros. Frente a essa situação propomos um olhar de gênero sobre as políticas públicas implementadas pelos Governos de Cristina (2008 – 2015), de Dilma (2010 – 2015) e de Bachelet (2014 – 2017). Através da análise dessas ações governamentais buscamos responder às seguintes indagações: Quando elas tornaram-se presidentas, seus mandatos foram/são colocados à serviço da melhoria da condição de vida das mulheres? Seus Governos estavam/estão voltados para defender e ampliar os direitos desse grupo específico? Suas políticas governamentais visam ações para reduzir as desigualdades de gênero? E em caso afirmativo, qual a perspectiva de gênero que perpassa a agenda política adotada nos respectivos Governos? Predomina uma visão tradicional dos papéis sociais ou uma visão emancipatória? Vários estudos têm debatido a questão da sub-representação feminina, o que ora estamos propondo vai ao encontro de uma onda de estudos que pretende refletir sobre o caráter substantivo da representação política, a partir de um recorte de gênero. Os dados serão debatidos à luz das teóricas feministas.

Palavras-chaves: gênero – políticas públicas – presidentas

Keywords: gender – public policy - presidents

Governos Dilma, Kirchner e Bachelet: um recorte de gênero

Maria Lúcia R. de Freitas Moritz¹

1. Introdução

A retomada do caminho democrático pelos principais países do Conesul² foi um marco na década de oitenta. O processo de redemocratização possibilitou a maior participação e inclusão daqueles atores políticos que haviam sido marginalizados ou excluídos pelo regime autoritário nesses países. Entretanto, passados mais de 30 anos constatamos que as mulheres continuam excluídas da plena participação política e sua presença no campo político ainda é bastante tímida. Apesar dos esforços empreendidos pela democratização na direção do reconhecimento político desse segmento social, ele ainda não se efetivou na prática. Mesmo levando em consideração as diferenças existentes na realidade política e institucional da Argentina, Brasil e Chile, países do Conesul em foco nesse trabalho, eles apresentam como ponto em comum a baixa representatividade das mulheres nos respectivos Paramentos. A desigualdade de gênero na esfera parlamentar fica evidenciada no número de assentos conquistados pelas mulheres nas últimas eleições legislativas, por exemplo, na Argentina a bancada feminina atingiu 38,5% (2015), no Chile chegou a 15,8% (2014) e no Brasil apenas 10% das vagas. Esse pífio desempenho do Brasil (2014) coloca-o na 155ª posição no ranking mundial em participação de mulheres no Parlamento. Comparando-o com seus vizinhos da América Latina o desempenho brasileiro só é melhor que Belize e Haiti. Já a Argentina está melhor posicionada e situa-se na 16ª colocação e o Chile em 129º lugar³. Mesmo estando muito aquém da sua importância na sociedade é inegável que houve muitas conquistas e avanços nos direitos das mulheres no campo da representação. Prova disso é que nos últimos 25 anos a Lei de Cotas foi adotada em quatro países do Conesul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e na última década três mulheres foram eleitas para a Presidência da República: Michelle Bachelet no Chile, em 2006 e em 2014, Cristina Kirchner na Argentina, em 2008 e reeleita em 2012,

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação e do Depto. em Ciência Política/UFRGS, Porto Alegre – Brasil

² Os cinco países que fazem parte do Conesul são: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

³ Esse ranking mundial é elaborado pela União Interparlamentar, órgão vinculado à ONU. Fonte: www.ipu.org. Acesso em 20/10/2017.

e Dilma Rousseff no Brasil, em 2010 e reconduzida em 2014. Com o propósito de contribuir com a discussão em torno do tema gênero e política pretendemos tomar essas mandatárias como objeto de investigação no presente trabalho. Especificamente propomos analisar a agenda de gênero adotada pelas Presidentas Cristina, Dilma e Michelle no exercício dos respectivos mandatos. As perguntas que buscamos responder são: quando elas tornaram-se presidentas, seus mandatos foram colocados à serviço da melhoria da condição de vida das mulheres? Seus Governos estavam voltados para defender e ampliar os direitos desse grupo específico? Suas políticas governamentais visavam ações para reduzir as desigualdades de gênero? E em caso afirmativo, qual a perspectiva de gênero que perpassa a agenda política adotada nos respectivos Governos? Predomina uma visão tradicional dos papéis sociais ou uma visão emancipatória? A investigação que ora estamos propondo vai ao encontro de uma onda de estudos que pretende refletir sobre o caráter substantivo da representação política, a partir de um recorte de gênero. Como suporte teórico para responder a essas indagações vamos recorrer ao debate conceitual sobre representação política e as contribuições das teóricas feministas. Além desta Introdução, trabalho está estruturado em três partes, na primeira seção, será resgatada uma breve biografia política de cada uma das Presidentas. A seguir, abordaremos as reflexões de Anne Phillips (2001 e 2009) e Nancy Fraser (2001 e 2002) sobre políticas de “reconhecimento” e de “redistribuição” e seu potencial explicativo para a superação das desigualdades estruturais de gênero. Na sequência, à luz dessas teóricas, analisaremos, em perspectiva comparada, as ações governamentais voltadas para as mulheres e implementadas nos Governos Cristina, Dilma e Bachelet entre 2008 e 2017. Por fim, algumas notas conclusivas.

2. Breve Biografia Política das três Presidentas

Argentina, Brasil e Chile apresentam semelhanças e diferenças no seu arcabouço político-institucional, possuindo vários pontos de aproximação. Entre eles podemos destacar a experiência comum dos Governos autoritários, de um lado, e a exclusão política das mulheres, de outro lado. Como já foi dito, a Argentina é que possui o melhor desempenho dentre os três países aqui analisados, mas ainda assim é minoritária a representação política das mulheres (38,5%). Mesmo em um cenário de desvantagem política desse grupo social e do amplo domínio masculino no campo político, três mulheres romperam essa barreira e foram eleitas para ocupar a Presidência da República nos seus respectivos países na última década. Não só o gênero e a mesma origem

geográfica as aproximam (mulheres sulamericanas), elas também compartilham o mesmo viés ideológico de centro-esquerda e têm em comum o passado de militância na juventude. Dilma e Bachelet, inclusive confrontaram diretamente a ditadura militar nos seus respectivos países e sofreram duras consequências por isso.

2.1 Cristina K.

Cristina Fernández de Kirchner nasceu em La Plata (1953), oriunda de família classe média e ainda jovem militou na Juventude Peronista. Aos 22 anos casou-se com o colega de Universidade, Néstor e logo depois de graduados em Direito, mudaram-se para o sul da Argentina, região de origem da família Kirchner, onde abriram escritório de Advocacia. Durante o período do autoritarismo militar afastaram-se da militância ativa. Com o retorno à democracia, o casal Kirchner em 1983 voltou à militância peronista e dois anos depois, Néstor foi eleito Prefeito de Río Gallegos. Em 1991 foi eleito Governador da Província de Santa Cruz até que em 2003 chegou à Presidência da República. Em paralelo, Cristina também desenvolveu sua carreira política, iniciando-a antes do marido. Elegeu-se Deputada Provincial pelo Partido Justicialista em 1985 e por dez anos manteve-se no cargo, até que em 1995 foi eleita Senadora Nacional. Entre 1997 e 2001 foi Deputada Nacional e na sequência elegeu-se, novamente, Senadora Nacional, primeiro pela Província de Santa Cruz (2001 – 2005) e depois, Senadora por Buenos Aires (2005 – 2007). Com o fim do primeiro mandato de Néstor Kirchner à frente da Casa Rosada, Cristina foi indicada para disputar o cargo de Presidente da República, sendo eleita para sucedê-lo com 45% dos votos. Tornando-se assim, a segunda mulher na Argentina a ocupar este posto, apesar de 30% dos eleitores terem declarado durante a campanha eleitoral que “jamais votariam em uma candidatura feminina”. Nesse primeiro mandato (2008 - 2012) a Presidenta contou com o apoio dos Peronistas e dos Sociais-democratas (dissidentes da União Cívica Radical/UCR). Dos 12 Ministros que faziam parte do primeiro escalão do seu Governo apenas três (25%) eram mulheres, mas ocupavam importantes pastas – Saúde (Graciela Ocaña), Desenvolvimento Social (Alicia Kirchner) e Defesa (Nilda Garré). Em outubro de 2010, ainda durante seu primeiro mandato presidencial, seu marido, Néstor Kirchner faleceu. Um ano depois desse episódio, Cristina voltou a eleger-se obtendo uma expressiva votação (54,1%). Ao iniciar seu segundo mandato (2012 – 2016), a Presidenta basicamente manteve a mesma equipe ministerial, porém em maio de 2013 uma de suas colaboradoras, Nilda Garré foi nomeada para a OEA, deixando assim o

Minsitério da Defesa. Para substituí-la nessa pasta, um homem foi indicado. Cristina chegou ao fim do segundo mandato com baixa popularidade e não conseguiu fazer seu sucessor⁴.

2.2 Dilma Rousseff

Dilma Rousseff, mineira de nascimento (1947), é filha de pai advogado e empresário e mãe professora. Formou-se em escola tradicional e começou a atuar no movimento estudantil em 1964, quando ainda frequentava o ensino médio em Belo Horizonte. Estava com 20 anos e já cursava Economia na UFMG quando casou-se com o também militante, Claudio Linhares. No mesmo período conheceu outra liderança de um dos movimentos de resistência à ditadura militar, Carlos Araújo, com quem mais tarde veio a se casar, tiveram uma filha e viveram juntos por 30 anos. Em função de sua atuação política Dilma foi presa e torturada, sendo libertada quase três anos depois. Quando saiu da prisão, em 1972, mudou-se para o Rio Grande do Sul para ficar mais perto de Araújo que continuava preso. No retorno ao multipartidarismo, Dilma foi membro-fundadora do PDT e quando Alceu Collares foi eleito Prefeito de Porto Alegre ela assumiu a Secretaria Municipal da Fazenda (1985). Entre 1991 e 1993 ela presidiu a FEE⁵ por indicação do então Governador Collares e depois foi nomeada para ser Secretária Estadual de Minas e Energia (1993 – 1994). Quando o PT conquistou o Governo do RS em 1998, Olívio Dutra, em função do apoio dado pelo PDT a sua candidatura no segundo turno, nomeou-a para a mesma Secretaria outrora já comandada por ela. Passados dois anos, o PDT rompeu com o Governo Olívio e passou a fazer-lhe oposição. Na sequência, Dilma e um grupo de trabalhistas históricos racharam com o partido e desfilaram-se em massa do PDT, porém Rousseff manteve-se à frente da Secretaria e aproximou-se ainda mais do PT, partido que veio a aderir posteriormente. Quando em 2002 o PT conquistou a Presidência da República, a sua experiência em uma área estratégica (Energia) levou-a a fazer parte da equipe de transição do Governo Federal. Seu desempenho no grupo da transição foi a principal credencial para ela ser indicada para estar à frente do Ministério das Minas e Energia e mais tarde, depois do episódio do “mensalão”, passou a ocupar o cargo de Ministra-Chefe da Casa Civil, onde ficou por quase cinco anos.⁶ Sua militância partidária e seu extenso currículo ocupando cargos na esfera governamental levou Lula, ao final de seu segundo mandato

⁴ A equipe ministerial de Macri conta com 26 integrantes e apenas três mulheres.

⁵ A autarquia que Dilma presidiu foi a Fundação de Estatística e Economia (FEE).

⁶ Dilma esteve a frente da Casa Civil entre junho de 2005 e março de 2010, quando afastou-se para ser candidata à Presidência da República

presidencial, indicar Dilma para sucedê-lo, apesar dela nunca ter disputado eleição anteriormente. Tendo Lula como seu principal cabo eleitoral e a avaliação positiva dos dois Governos petista, Rousseff saiu vitoriosa das urnas em 2010 com 56% de votação, tornando-se a primeira mulher a ocupar esse cargo no Brasil. No seu primeiro mandato nomeou mulheres⁷ para ocupar oito (21,6%) pastas ministeriais das 37 existentes, a maioria dos Ministérios eram da área social, com exceção do Planejamento e da Pesca. Em 2014 Dilma recandidatou-se e foi reconduzida à Presidência da República com 51% dos votos, em segundo turno. Nesse novo mandato a representatividade das mulheres no primeiro escalão governamental diminuiu, apenas seis Ministras (15,4%)⁸ dentre os 39 postos, onde foi mantido o perfil “social” das pastas ocupadas por elas. Do Governo anterior foram mantidas duas colaboradoras: Tereza Campello seguiu no comando do Ministério do Desenvolvimento Social e Ideli Salvatti passou a ocupar a Secretaria dos Direitos Humanos.⁹ Dilma não concluiu seu segundo mandato e sofreu *impeachment* em 31 de agosto de 2016. O Governante que assumiu o seu lugar não nomeou nenhuma mulher para a equipe ministerial.¹⁰

2.3 Michelle Bachelet

Michelle Bachelet, nascida em Santiago do Chile (1951), e à exemplo das outras duas Presidentas mencionadas acima, tem origem em uma família de classe média e também jovem já militava na Juventude Socialista. Seu pai era Brigadeiro-General da aeronáutica e ocupava cargo no Governo de Salvador Allende. Após o Golpe militar foi preso e torturado até a morte (1974). Em 1975 Michelle e sua mãe também foram presas e logo depois de soltas partiram para o exílio, primeiro destino foi a Austrália e depois Alemanha¹¹, onde a família se radicou. Nesse país deu continuidade ao curso de Medicina e foi onde conheceu o arquiteto chileno com quem se casou. Ficaram casados por 15 anos e tiveram um casal de filhos¹². Em 1979 regressou ao Chile e concluiu seus estudos em Medicina em 1982. Com a redemocratização do país ingressou no Serviço

⁷ As nomeadas foram: Ana de Hollanda; Mírian Belchior; Ideli Salvati; Maria do Rosário; Tereza Campello; Iriny Lopes; Luiza Bairros e Helena Chagas.

⁸ No segundo mandato as Ministras foram: Eleonora Menicucci; Ideli Salvatti; Izabela Teixeira; Katia Abreu; Nilma Gomes e Tereza Campello.

⁹ No primeiro Governo de Dilma, Ideli ocupava o Ministério da Pesca.

¹⁰ Devido a repercussão negativa na mídia e junto aos movimentos feministas, posteriormente, foi nomeada a mulher para comandar a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a desembargadora aposentada Luislinda Valois.

¹¹ Família Bachelet exilou-se na parte oriental da Alemanha, à época República Democrática Alemã (RDA), fixando residência em Berlim.

¹² Em 1993 nasceu a terceira filha de Bachellet, fruto de outro relacionamento.

de Saúde Pública (1990), tendo em vista sua formação em Pediatria e Epidemiologia. Em 1994 foi nomeada como assessora no Ministério da Saúde e depois de realizar uma Especialização em Defesa Militar nos EUA, em 1998 tornou-se assessora do Ministro da Defesa. Entre os anos de 1995 e 2000 ascendeu na hierarquia do Partido Socialista e esteve à frente da campanha presidencial do candidato Ricardo Lagos, vitorioso na disputa eleitoral de 1999. Michelle foi nomeada por Lagos para o Ministério da Saúde (2000) e em 2002 foi indicada para ser Ministra da Defesa, primeira mulher a ocupar este cargo na América Latina. No final de 2004 deixou o Ministério para preparar sua candidatura à Presidência da República. Mesmo sem nunca antes ter disputado qualquer cargo eletivo, mesma situação de Dilma Rousseff, Bachelet foi eleita com 53,5% dos votos, em segundo turno. Uma emblemática frase foi dita por ela em seu discurso de posse, em março de 2006: “sou mulher, socialista, divorciada e agnóstica”. Tornou-se assim, a primeira mulher a conquistar a faixa presidencial no Chile e a sexta a ocupar este cargo na América Latina. Cumpriu uma promessa de campanha e nomeou um Ministério paritário, entretanto, por questões de acomodação política, a paridade ministerial não foi mantida ao longo do mandato presidencial. A presidenta finalizou seu primeiro Governo com 80% de aprovação. Como a legislação chilena não prevê reeleição, Bachelet não pode recandidatar-se e foi sucedida por um opositor. Após encerrar seu primeiro mandato transferiu-se para os EUA, passando a atuar como Gerente-Executiva do ONU-Mulher por três anos (2010 – 2013). Voltou ao Chile para candidatar-se novamente à Presidência da República e sagrou-se vitoriosa no segundo turno do pleito com 62,2% dos votos. Votação ainda maior do que àquela conquistada na primeira eleição. Em janeiro de 2014 ela anunciou seus 23 Ministros, sendo nove mulheres (39%) e três delas ocupando importantes Ministérios, Ximena Rincón foi nomeada Secretária-Geral da Presidência, Claudia Pascual foi designada Ministra da Mulher e Javiera Blanco à frente do Ministério do Trabalho. Passados 15 meses Michelle Bachelet anunciou uma reforma ministerial¹³ e das nove colaboradoras iniciais, duas deixaram o primeiro escalão do Governo¹⁴. Neste seu segundo mandato a Presidenta conta com o apoio de quatro siglas partidárias (Partido Democrático, Democracia-Cristã, Partido Radical e Partido Comunista), além do apoio dos Socialistas, seu partido (PS). Seu mandato se encerrará em março de 2018.

¹³ Nessa reforma ministerial Javiera Blanco foi transferida para o Ministério da Justiça e Ximena Rincón assumiu o Ministério do Trabalho, antes comandado por Javiera. Claudia Pascual manteve o mesmo Ministério.

¹⁴ As Ministras que saíram em maio de 2015 foram: Claudia Barattini e Maria Fernanda

3. Teoria Feminista e Desigualdade

Além da sub-representação feminina e as razões da sua persistência, outros temas tem sido objeto de investigação dentro da temática de gênero, por exemplo, estudos que analisam as limitações da lei de cotas, outros tratam dos impactos da ausência das mulheres para a qualidade da democracia e há ainda àqueles que avaliam as ações das mulheres quando detentoras de mandato. É neste último eixo analítico que o presente trabalho se insere e para dar conta do que estamos propondo vamos focar as políticas governamentais voltada para as mulheres implementadas pelas Presidentas Cristina Kirchner, Dilma Rousseff e Michelle Bachelet no período entre 2008 e 2017, pois entendemos que a forma de inclusão das mulheres nas ações estatais já é bastante revelador da relação entre os grupos minoritários e o Estado. Mais especificamente, analisaremos o conjunto de políticas públicas¹⁵ elaboradas e efetivadas em seus respectivos mandatos tendo como objetivo principal entender se essas Presidentas promoveram, ou não, ações que defendiam os direitos das mulheres ou que reduzissem a desigualdade entre os gêneros. E em caso afirmativo, qual a perspectiva de gênero que perpassa nessas políticas governamentais: uma visão tradicional dos papéis sexuais/sociais ou uma visão emancipatória?

A Teoria Política Contemporânea tem promovido um intenso debate sobre “coletividades excluídas” e, especialmente, as teóricas feministas Anne Phillips (2001; 2009), Iris Young (2006) e Nancy Fraser (2001; 2002), vem dando importantes contribuições sobre os “novos direitos” e “novas formas de participação” de grupos sociais excluídos, entre eles mulheres, negros e gays. Apesar das diferenças de abordagens entre as três autoras, elas convergem ao apontar o caráter excludente do formato da democracia liberal e criticam sua visão limitada de sujeito, que foi construído como unitário e homogêneo. Contrapondo-se a esse “sujeito universal” as autoras propõem a politização das diferenças e defendem a inclusão de minorias que estão em desvantagem na sociedade em função de marcadores, tais como raça/etnia, classe social e gênero. A resposta a isso seriam as “políticas de diferença” às quais viriam desafiar as desigualdades estruturais, entre elas a de gênero. Para tal, Fraser (2001, p.252/3) aponta a necessidade da “redistribuição” e do “reconhecimento” como formas de reverter as injustiças socioeconômicas e culturais. A própria autora destaca

¹⁵ Adotamos aqui a definição de FARAH, onde “*política pública pode ser entendida como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses*” (2004, apud MARIANO, Silvana, p.278, 2015)

que essas distinções são meramente analíticas, pois em realidade elas estão interligadas e há interferências mútuas. Ora o remédio será redistribuição, ora será reconhecimento e em outras circunstâncias serão ambos, como no caso de Gênero e Raça, que de acordo com Fraser (2001) cada um *é um modo ambivalente de coletividade*. Para superar o chamado dilema “redistribuição x reconhecimento” a autora aponta outras duas soluções: “remédios afirmativos” e “remédios transformativos”. Essas alternativas são assim definidas pela autora,

Por remédios alternativos para injustiça entendem-se remédios voltados para a correção de resultados indesejáveis de arranjos sociais sem perturbar o arcabouço que o gera. Por remédios transformativos, em contraste, entende-se remédios orientados para a correção de resultados indesejáveis precisamente pela reestruturação do arcabouço genérico que os produz. (FRASER, 2001, p.265/6)

Independente dos resultados efetivos obtidos pelo entrecruzamento dessas díades propostas por Nancy Fraser, interessa-nos reter esses conceitos e operacionalizá-los na análise das ações governamentais promovidas pelas Presidentas Kirchner, Rouseff e Bachelet, como veremos mais adiante. O desdobramento dos “remédios” apresentados por Fraser é o entendimento do “reconhecimento” como uma política de identidade. Essa perspectiva implica na estabilização das categorias “gênero” ou “mulher” e com isso corre-se o risco de cair em essencialismos e na fragmentação dos sujeitos¹⁶. Usualmente são essas as principais críticas dirigidas às autoras identitárias. Mesmo que essa fixidez ocorra, é importante lembrar que ela é momentânea e circunstancial e que os conceitos de “gênero” ou “mulher” estão permanentemente sendo atravessados por diversas variáveis e em permanente luta por novos significados e fixações. Ou como bem afirma Phillips, *a maioria das pessoas tem múltiplas identificações de grupos, e que é característica dos grupos se formarem e se esvaírem*. (Phillips 1993, p. 96).

Essa idéia da autora abre caminho para se pensar a representação feminina e os limites de uma representação baseada apenas na condição de gênero. Pois, como já foi dito anteriormente, a constituição das mulheres como sujeito/ator político passa por outros condicionantes que vão além do marcador social de gênero. Mais do que se almejar uma representação *descritiva*, a qual as características dos eleitores devem estar refletidas nos eleitos, deve-se pensar no “que fazem” os/as representantes com o intuito de melhorar a vida dos eleitor/as, em detrimento de “quem são eles/as”. Como afirma

¹⁶ A filósofa Seyla Benhabib é uma das que faz críticas às “políticas de diferença” e as rejeita. Conferir sua obra “**Las reivindicaciones de la cultura: igualdad y diversidad em la era global**”. Buenos Aires: Katz, 2006.

Phillips, *a mudança da democracia direta para a representativa mudou a ênfase de quem são os políticos para o quê* (políticas, preferências, idéias) eles representam. (Phillips 2001, p.271). Aproximando-se assim da defesa de uma “política de idéias”.

Mesmo assim a questão da representação não está resolvida, pois ainda se faz necessário enfrentar o debate sobre quem pode falar em nome de grupos minoritários. Essa é uma preocupação central dos movimentos de mulheres desde a década de 70 e tornou-se uma fonte de tensão. Por exemplo, mulheres brancas podem falar pelas mulheres negras? Heterossexuais pelos gays/lésbicas? A autora aponta que a solução para este impasse está na multiplicidade de identidades que os sujeitos/atores podem reivindicar a partir das “experiências compartilhadas”. Dessa forma, características como gênero, classe e raça/etnia vão atravessar os sujeitos e marcarão suas experiências/perspectivas de vida e conseqüentemente a forma como grupos minoritários vão se organizar e se relacionar com a esfera da representação política. Segundo Phillips, esses grupos, além de reivindicar a “presença” e portanto, a inclusão das minorias, também devem buscar associá-la à “política de idéias”, pois essas políticas não são mutuamente excludentes, ao contrário, elas se complementam.

A partir desse conjunto de reflexões fica evidenciado que quando uma mulher torna-se representante política sua identificação com bandeiras do movimento de mulheres ou com a pauta das feministas não é automática só por estar sob a mesma condição identitária. Logo, constituir-se em um ator coletivo que vai passar a atuar em defesa dos interesses deste grupo não é um caminho linear e está longe de ser regra geral. Ainda devemos considerar que o campo político é muito hierarquizado e a atuação da/o representante, independente do gênero, é impactada por diversas variáveis, como por exemplo, questão ideológica e/ou vínculo partidário, conjuntura política, prestígio/influência ou capacidade de articulação do/a representante, entre outros. Tomando como ponto de partida a questão identitária e a esfera da representação, no próximo item serão debatidas as ações governamentais levadas a cabo por três mulheres ao conquistarem o cargo máximo da representação política nos seus respectivos países.

4. Agenda Política de Gênero nos Governos de três mulheres

A subárea das políticas públicas tem se mostrado um terreno fértil para debater as desigualdades sociais e tem havido importantes contribuições desses pesquisadores apontando caminhos para sua superação. O *déficit* de cidadania enfrentado pelas mulheres e a persistente assimetria de poder entre os gêneros faz com que as mulheres

sejam mais atingidas pela exclusão social e enfrentem de forma perversa a desigualdade, especialmente as mulheres latinoamericanas. Nas últimas duas décadas houve uma guinada à esquerda em alguns países Sul americanos e governantes com este perfil ideológico foram eleitos na Argentina, na Bolívia, no Brasil, no Chile, no Equador e no Uruguai. À exemplo de outros Governos de viés social-democrata, esses Presidente/as, cada um a seu modo, buscaram enfrentar a desigualdade econômica e social e promoveram políticas distributivas para reverter essa situação. Algumas dessas políticas públicas tiveram como alvo-preferencial as mulheres. De acordo com Lowi (1964; 1972 *apud* SOUZA, Celina, p.28; 2006), que desenvolveu uma tipologia para analisar políticas públicas, as “políticas distributivas” são *decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo*. Foge aos limites e ao propósito desse trabalho debater os modelos de formulação das políticas públicas implementadas pelas Presidentas Kirchner, Rousseff e Bachelet, ou mesmo, a análise da sua eficácia e dos resultados atingidos. Tão-somente nos propomos a fazer um recorte para investigar o conteúdo da agenda política de gênero nos respectivos Governos e qual a perspectiva adotada. Ou seja, essa agenda aponta para uma visão emancipatória do sujeito-mulher ou ocorre a reprodução dos tradicionais papéis sociais/sexuais? Foram Governos voltados a promover e ampliar os direitos das mulheres? Parte-se da premissa que essa *agenda-setting* (definição de agenda) decorre das “experiências compartilhadas” pelas três mandatárias em função da sua condição de gênero e em sendo assim, mais permeáveis às reivindicações advindas dos movimentos feministas com o objetivo de diminuir a desigualdade entre homens e mulheres.

Desde o início de seu mandato, em dezembro de 2007, a Presidenta Cristina Kirchner promoveu um conjunto de ações governamentais que tiveram como foco as mulheres. Entre as principais ações estavam: 1) Criação do *Consejo de Políticas de Género y Observatorio sobre la Integración de la Mujer en las Fuerzas Armadas* (Ministério da Defesa); 2) Criação da Coordenação de Equidade de Gênero e Igualdade de Oportunidades no Trabalho (Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social); 3) Oficina de Violência Doméstica (OVD) da Corte Suprema de Justiça da Nação; (2008); 4) Plano de Redução da Mortalidade Materna e Infantil; 5) Lei N°26.485, de proteção, assistência e erradicação da violência contra a mulher; 6) Observatório

Nacional de Violência Contra as Mulheres, no âmbito do CNM; (2009); 7) Políticas assistenciais na área da saúde, com foco na saúde sexual e reprodutiva (parceria entre o CNM e o ANSES - Administración Nacional de La Seguridad Social) no convênio para a incorporação da perspectiva de gênero ao sistema de proteção social; 8) Modificação do código penal, com inclusão das figuras de feminicídio e feminicídio vinculado; (2010) Assinatura do Protocolo de Atenção Integral a Pessoas Vítimas de Violência Sexual, no âmbito do Ministério da Saúde; (2011); 10) Aprovada Lei da identidade de Gênero (2012).

As ações acima elencadas dão conta de dois enquadramentos distintos, um diz respeito à forma e outro refere-se ao seu conteúdo. Na primeira categorização, temos que fazer a distinção entre Leis aprovadas (3) e o conjunto de políticas governamentais implementadas pela Presidenta Kirchner, como por exemplo, Planos e Programas (7). Já no quesito conteúdo, as temáticas que se destacam são violência à mulher e a área da saúde. O combate a violência à mulher é foco tanto nas políticas públicas como na aprovação de medidas legais que visam coibir essa prática, caso da Lei Nº 26.485 (que prevê proteção, assistência e erradicação da violência contra a mulher) e da Lei do Feminicídio e “Feminicídio vinculado”. Ambas medidas legais buscam enfrentar a dramática realidade em que as mulheres estão inseridas e os dados estatísticos da Argentina falam por si só: apenas no ano de 2016 foram identificados 290 feminicídios. Ao ampliar o espectro temporal, tem-se que desde 2008, 2.384 feminicídios foram cometidos e a cada 30h uma mulher é assassinada no país¹⁷. Para agravar o quadro de violência também foram identificados casos em que pessoas do entorno ou do círculo íntimo das mulheres mortas também são vitimizadas. Essa situação foi denominada de “feminicídio vinculado”, entretanto esses assassinatos costumam ser sub-notificados. A Lei do Feminicídio/”Feminicídio vinculado” data de 2009 e apenas em 2012 houve alteração no código penal, mas essa situação passou a ser tratada apenas como um “agravante”, diferentemente do que os movimentos feministas reivindicavam.

Mesmo sendo uma nação amplamente católica, a Argentina foi o primeiro país latino-americano a permitir o casamento entre pessoas do mesmo sexo, já a partir de 2010. Em decorrência dessa Lei, outra legislação foi aprovada dois anos depois, a Lei da Identidade de Gênero onde, pioneiramente, travestis e transexuais estão autorizados a escolher seu sexo no registro civil sem mais ser necessário autorização judicial para

¹⁷ Fonte: Organização civil “Casa del Encuentro” e divulgado pelo site www.diariolasamericas.com. Acesso em 06/11/2017.

realizar essa retificação. Essa nova lei define identidade de gênero como a "vivência interna e individual tal como cada pessoa a sente, que pode corresponder ou não ao sexo determinado no momento do nascimento, incluindo a vivência pessoal do corpo".

Retomando as ideias das teóricas identitárias, especialmente Phillips e Fraser, constata-se que houve um esforço do Governo de Cristina Kirchner em implementar políticas de “reconhecimento” e assim reverter injustiças culturais. Esse é o caso das várias medidas tomadas no decorrer de seu mandato presidencial, como por exemplo, a promoção da equidade de Gênero no mundo do trabalho; políticas de Gênero e integração das mulheres nas Forças Armadas; combate à violência contra a mulher; incorporação da perspectiva de gênero ao sistema de proteção social; inclusão das figuras do Femicídio e “Femicídio vinculado” no código penal e a Lei da identidade de Gênero.

A presidenta Dilma Rousseff, entre 2011 e 2015, também esteve preocupada em promover um conjunto de ações voltadas para as mulheres, porém foi uma agenda mais enxuta se comparada com sua colega da Argentina, mas não menos importante. Entre as ações promovidas pelo Governo de Rousseff estavam: 1) Rede Cegonha (2011); 2) Programa Brasil Carinhoso¹⁸ (2012); 3) PEC das Domésticas (2013); 4) Programa Mulher: Viver sem Violência; 5) Plano nacional de políticas para mulheres (2013-2015); 6) Lei do Femicídio (2015) e 7) Plataforma Mais Mulheres no Poder (2015). Também no caso brasileiro identificamos duas legislações aprovadas e as demais ações da agenda governamental estão focadas em Programas na área social que buscam abranger a área da saúde da mulher (“Rede Cegonha”; “Plano nacional de políticas para mulheres”) e combater a violência feminina (“Programa Mulher: Viver sem Violência”). Através da plataforma “Mais Mulheres no Poder” o Governo Dilma objetivava o empoderamento das mulheres através da sua maior participação na política institucional. Com esse conjunto de Programas e Projetos governamentais tentava-se reduzir o *déficit* de cidadania enfrentado por muitas brasileiras, especialmente as mais pobres. Essas ações faziam parte de uma agenda transversal e que estavam sob a responsabilidade da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) e do Ministério do Desenvolvimento Social, ambas as pastas comandadas por mulheres.

¹⁸O Programa Brasil Carinhoso consiste na transferência automática de recursos financeiros para as Prefeituras para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, além de garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil. www.fnide.gov.br/programas. Acesso em 10/10/2017

O Governo Dilma foi protagonista em duas importantes legislações e foi bem sucedido na sua aprovação no âmbito do Congresso Nacional. A primeira foi a Emenda Constitucional Nº 72 e que ficou conhecida como a “PEC das Domésticas”. Ela foi aprovada por unanimidade no Senado Federal em abril de 2013, e introduziu novos direitos trabalhistas para a categoria de empregado/as doméstico/as. Foram aprovados sete novos benefícios, além dos que já estavam em vigor. De acordo com a OIT (Organização Internacional do Trabalho), em 2013 o Brasil possuía 7 milhões e 200 mil empregados domésticos, sendo a maciça maioria de mulheres (93%) e boa parte delas trabalhando na informalidade, ou seja, sem carteira assinada e portanto, à margem da proteção da legislação trabalhista. Nessa categoria há uma elevada parcela de mulheres negras e aqui temos claramente a interseção de três marcadores sociais agindo simultaneamente, gênero, raça/etnia e classe social. E conforme já alertava Fraser (2001) este é um dos casos típicos em que se fazem necessários remédios que envolvam “redistribuição” e “reconhecimento”, simultaneamente, pois afetam mais de uma coletividade. A solução dada foi “remédios afirmativos”. Ainda conforme estudo da OIT, o Brasil é o país com a maior população de empregado/as doméstico/as do mundo, em números absolutos. Dados apontavam que 17% das trabalhadoras brasileiras são domésticas.

A violência contra a mulher também foi uma preocupação da presidenta Dilma e para combatê-la, a partir de 2013, foi desenvolvido o programa “Mulher: Viver sem Violência”, que consistia em ações para implantar casas de acolhimento às mulheres vitimadas, denominadas de “Casas da Mulher Brasileira”. Política semelhante foi adotada no Chile por Michelle Bachelet. Nesse país existem 96 “Centros da Mulher” distribuídos por todo o território, que oferecem serviços de prevenção e atenção psicológica e legal a mulheres vítimas, além de 24 Casas de Acolhimento para as que se encontram em situação de risco grave por causa de violência. Também estava previsto instalar 25 novas Casas em diferentes regiões chilenas, conforme Bachelet havia prometido em sua campanha eleitoral.

A outra medida tomada por Dilma Rousseff foi a legislação do Femicídio, aprovada em 2015. Essa lei (nº 13.104) alterou o código penal brasileiro e passou a prever o feminicídio como um tipo de homicídio qualificado, incluindo-o no rol dos crimes hediondos. Na prática, isso quer dizer que casos de violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação contra a condição de mulher passam a ser

vistos como qualificadores do crime. Dos três países aqui analisados o Brasil foi o último a aprovar esse tipo de legislação, a Argentina foi pioneira (2009) e um ano depois o presidente chileno, Sebastián Piñera, aprovou lei semelhante. Os dados brasileiros são muito mais alarmantes se comparados aos da Argentina e do Chile, neste país foram 39 casos¹⁹ e naquele 290 feminicídios, ambos referentes ao ano de 2016, enquanto no Brasil foram 13 mulheres assassinadas/dia em 2013 e houve 135 estupros/dia em 2016.²⁰ Em março de 2017 o Instituto DataFolha divulgou pesquisa sobre violência doméstica e apontou que uma em cada três mulheres sofreram algum tipo de violência no ano anterior, sendo que agressões físicas foram 503 mulheres a cada hora e em 61% dos casos o agressor era conhecido da vítima.²¹ Frente a esse cenário é fundamental a ação do poder público, não só no sentido de combater a violência doméstica, punindo os agressores, como criando políticas públicas de apoio às mulheres vitimadas.

Entretanto, comparando-se as três presidentas, é Bachelet a governante que mais ações promoveu no decorrer do seu segundo mandato, ainda em andamento. Sua atuação governamental desdobra-se em duas direções, de um lado, interferiu no ordenamento legal ao propor e aprovar novas leis visando ampliar os direitos das mulheres chilenas, são exemplos: o Decreto que instituiu o *Dia Nacional para a Eliminação da Violência Contra a Mulher*; outro que fortaleceu jurídica e institucionalmente a Fundação de Desenvolvimento Integral da Mulher²²; e o Decreto que trata da saúde feminina durante a gravidez e o parto. As leis aprovadas tratavam da criação do *Ministerio de la Mujer y la Equidad de Género* (nº 20.166); do aumento do orçamento do SERNAM (Servicio Nacional de la Mujer) e da concessão das mães trabalhadoras terem o direito de amamentar seus filhos nos ambientes de trabalho. (nº 20.820).

No âmbito da participação política foram feitos dois movimentos, um foi o *Programa Mujer, Ciudadanía y Participación* e o outro foi a aprovação do projeto de lei propondo alterar o Sistema Eleitoral, este tinha por objetivo ser mais inclusivo e visava fortalecer a representatividade do Congresso Nacional. A ideia era buscar a promoção

¹⁹ Em novembro de 2014 também havia sido identificado 92 tentativas frustradas de feminicídio. De acordo com o Relatório do Ministério do Interior chileno, 3 milhões de mulheres chilenas sofrem ou sofreram violência no ano de 2013.

²⁰ Fonte: www.ipea/atlasviolencia/2016. Acesso 07/11/2017.

²¹ Fonte: www1.folha.uol.br. Acesso em 07/11/2017.

²² Referem-se aos Decretos números: 48, 263, 4029, 3759, 3115 e 3139 .

de um critério de paridade na participação de homens e mulheres, assim como incentivos econômicos às candidatas e aos coletivos que apresentassem candidaturas femininas. A razão para encaminhar tal proposição foi a intenção de aprofundar a democracia e dar maior legitimidade ao Sistema Eleitoral. Essa proposição encaminhada pela presidenta Michelle busca reverter a situação da baixa presença da mulher chilena no campo político partidário eleitoral, já que o Chile é o único dos países do Conesul que não possui lei de cotas. A ausência dessa lei tem sido considerada pelos movimentos feministas e de mulheres um fator relevante para o pequeno percentual de mulheres no Parlamento (15,8%). Porém, é importante destacar que apesar da inexistência de uma política afirmativa, o país andino tem apresentado índices de presença feminina na Câmara de Deputados mais elevados do que o Brasil (10%). Mas o Chile não está ileso ao debate sobre a lei de cotas. Em dois momentos foram apresentados projetos à Câmara de Deputados para a implantação dessa lei: 1997 – projeto de lei apresentado por 10 legisladores da *Concertación*²³, mas não obteve apoio do Executivo, nem dos demais parlamentares e também não contou com a mobilização dos movimentos de mulheres. Novamente em 2003, 10 legisladores apresentaram projeto onde as listas partidárias não poderiam ter mais de 60% de candidaturas do mesmo sexo, mas também não obteve sucesso.²⁴ (FRANCESCHET, 2008) A expectativa então foi depositada na presidenta Michelle Bachelet que, embora apoiasse a ampliação da participação das mulheres na esfera política eleitoral, não deu o devido destaque para o tema em seu 1º governo. Passados 11 anos desde àquela última tentativa dos legisladores, Bachelet, já em seu segundo mandato, encaminhou um projeto de lei alterando o Sistema Eleitoral com o objetivo de modificar a assimetria de poder entre os dois gêneros no campo da representação parlamentar.

Além das legislações citadas, o Governo Bachelet criou um conjunto de políticas sociais a fim de ampliar a cidadania feminina, especialmente nas áreas da saúde e do trabalho. Tais programas concentraram-se nos dois anos iniciais do seu mandato (2014 e 2015), merecendo destaque as seguintes ações: *Programa Mujer Jefa de Hogar*;

²³ Há duas grandes coalizões no Chile: *Concertación* composta por 04 partidos (Democracia Cristiana – DC; Partido Socialista - PS; Partido de la Democracia – PPD e Partido Radical Social Demócrata – PRSD). *Alianza* composta de dois partidos: Renovación Nacional – RN e Unión Demócrata Independiente – UDI.

²⁴ No Chile como em diversos países, alguns partidos utilizam cotas para eleições internas e para a determinação de candidaturas nas eleições gerais. O Partido por la Democracia (PPD) foi o primeiro a utilizar cotas, estipulando 20% para as eleições internas em 1989, passando para 40% em 1998 quando estende o percentual às eleições gerais. O Partido Socialista estipulou 20% para cargos partidários em 1989 aumentando para 40% em 1996.

Programa 4 a 7 (objetiva favorecer a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho); *Programa de Emprendimiento* (objetiva dar visibilidade e aumentar o empreendedorismo feminino); *Programa de Buenas Prácticas Laborales con Equidad de Género*; *Programa de Buen Vivir de la Sexualidad y la Reproducción*.

Em agosto de 2017, a Presidenta Michelle enviou ao Congresso chileno outros dois projetos de lei que tratavam de assuntos que ainda geram polêmica em sociedades conservadoras. Uma das propostas tratava da despenalização do aborto e foi aprovada pelos legisladores, passando a ser permitida a interrupção da gravidez em apenas três situações: (a) inviabilidade fetal, (b) risco de morte da mãe e (c) em caso de gravidez decorrente de estupro. Até então o Chile era dos poucos países do mundo que mantinha uma proibição legal absoluta do aborto, junto com El Salvador, Nicarágua, Honduras, Haiti, Suriname, Andorra, Malta e Vaticano. A outra proposição trata do casamento igualitário e da adoção homoparental, e ainda está em tramitação no Poder Legislativo. Ambas as propostas geraram fortes manifestações e embates entre os grupos conservadores e os movimentos feministas e de ativismo gay.

Pelo material empírico aqui analisado constatamos que as três presidentas têm em comum o esforço em promover políticas de “reconhecimento” e implantar medidas governamentais tendo como principal foco a saúde da mulher. Nessa área a questão da maternidade e da reprodução concentrava a atenção das políticas sociais de seus Governos. Kirchner, Dilma e Bachelet também estiveram preocupadas em combater a violência às mulheres, onde os índices de feminicídio são alarmantes, especialmente no caso brasileiro. As presidentas Cristina e Michelle também tiveram na equidade de Gênero um ponto de convergência. Em função da tímida presença feminina no campo político-eleitoral, Dilma e Bachelet adotaram ações visando reverter a assimetria de poder entre homens e mulheres. A partir da análise do conteúdo da agenda política de gênero de cada uma das mandatárias pode-se concluir que seus Governos também estiveram voltados para defender e ampliar os direitos das mulheres, bem como introduziram ações visando a melhoria da condição de vida desse grupo. Também promoveram políticas governamentais com o intuito de reduzir as desigualdades entre os gêneros, mas não é possível identificar ações que promovessem efetivamente a emancipação feminina. Por fim, pode-se afirmar que foram Governos que fizeram a diferença para a cidadania das mulheres, mas ainda há muito para fazer e pelo que lutar.

Notas Conclusivas

À guisa de conclusão podemos afirmar que o campo da política ainda é um reduto predominantemente masculino na sociedade contemporânea, onde as mulheres têm uma tímida presença. Este é um fenômeno que se manifesta globalmente, afetando também a América Latina e os países do Conesul ora analisados: Argentina, Brasil e Chile. Apesar das dificuldades algumas mulheres conseguem ultrapassar a barreira das urnas e conquistam um mandato eleitoral. Havia expectativa que as três presidentas desses países ao tomarem posse implementariam uma agenda política de gênero e assim diminuíssem as assimetrias político e econômicas entre homens e mulheres. Partimos da premissa que as “experiências compartilhadas” por Kirchner, Dilma e Bachelet em função da sua condição de gênero as tornariam mais permeáveis às reivindicações das feministas, colocando seus mandatos à serviço da ampliação dos direitos das mulheres. Efetivamente identificamos uma agenda de gênero nos referidos Governos e esta tinha por objetivo a melhoria da condição de vida das mulheres, especialmente com ações na área da saúde e no combate à violência feminina. A lei do Femicídio, já em vigor nos três países, e as políticas sociais na forma de acolhimento, demonstram que a interferência do poder público pode fazer diferença para barrar a escalada de violência a qual as mulheres do Conesul vivenciam cotidianamente.

As presidentas Cristina, Dilma e Michelle foram bem sucedidas ao aprovar importantes legislações que ampliaram a cidadania para as mulheres, a lei da “Identidade de Gênero”, a “PEC das Domésticas” e a “Lei nº 20.820” que concedeu às trabalhadoras chilenas o direito de amamentar seus filhos no ambiente de trabalho, são exemplos incontestáveis de inclusão e extensão de direitos. As políticas públicas empreendidas nesses Governos tiveram como principal característica serem “políticas de reconhecimento” e que trouxeram consigo “remédios afirmativos” para combater a desigualdade entre homens e mulheres e por isso insuficientes para transformar as estruturas arcaicas que mantêm as mulheres nessa perversa situação. Podemos concluir afirmando que foram mandatárias que ajudaram a avançar alguns passos, mas ainda há um longo caminho pela frente na conquista da plena cidadania pelas mulheres e na convivência de uma sociedade mais igualitária entre os gêneros.

Referências Bibliográficas

- COSTA, Delaine Martins. Ampliação da participação feminina no governo local: um trabalho de Sísifo? In: FIGUEIREDO, Rubens et al. **Comportamento eleitoral e marketing político: as novas prefeituras brasileiras**. São Paulo: Konrad-Adenauer, p.35-54, 1997.
- FRANCESCHET, Susan. La representación política de las mujeres em um país sin ley de cuotas: el caso de Chile. In: ARCHENTI, Nélide e TULA, Mária Inés (Ed.). **Mujeres y política en América Latina: sistemas electorales y cuotas de género**. Buenos Aires: Heliasta, 2008.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Ed. UnB, 2001, pp. 245-282.
- _____. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina, UNBEHAUM, Sandra (orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC: Ed.34, 2002, pp. 59 – 78.
- GÓMEZ, Verónica. Mujeres y participación política: ¿Es viable una ley de cuotas en Chile? **Revista Universum**, nº 22, vol.1, p. 252/67, 2007.
- MARIANO, Silvana. A Focalização e as Condicionalidades do Programa Bolsa Família Afirmam a Noção de Direito Social e Contribuem para a Formação de Sujeitos de Direitos? In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos (orgs.). **A Democracia face às Desigualdades – problemas e horizontes**. São Paulo: Alameda, 2015, pp.275 – 305.
- PINTO, Céli Regina J. Mulher e política no Brasil – os impasses do feminismo enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. especial, p.256-271, 1994.
- PHILLIPS, Anne. **Democracy and difference**. Cambridge: Polity, 1993.
- PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2001, vol.9 (2).
- PHILLIPS, Anne. Da desigualdade à diferença: um caso grave de deslocamento? In: **Revista Brasileira de Ciência Política (RBCP): Dossiê Gênero e Política**, n.2 – Brasília, jul./dez. 2009, pp. 223 – 240.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Revista Educação e Sociedade**. Vol.15, n.02, 1990.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n.16, jul./dez. 2006, pp.20 – 45.
- YOUNG, Iris M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, 2006, vol. 67, pp. 139 – 190.

Sites Acessados: **Brasil**

<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/publicacoes>

<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2014/plataforma-mais-mulheres-no-poder-2014.pdf>

<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2011/10/rede-cegonha>

Argentina

http://www.ar.undp.org/content/argentina/es/home/library/womens_empowerment.html

Chile

http://www.gob.cl/cuenta-publica/2015/sectorial/2015_sectorial_servicio-nacional-de-la-mujer.pdf

<http://www.ine.cl/genero/>

<http://www.comunidadmujer.cl/>

<http://www.facso.uchile.cl/noticias/96974/avances-y-retrocesos-de-las-politicas-de-genero-en-chile>